

EDUCAÇÃO E TRABALHO NO CONTEXTO DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Elisabete Ferreira Borges¹

Cílson César Fagiani²

RESUMO: Repensar a educação e o trabalho, e este enquanto forma de expressão do homem na sua relação com a natureza, no âmbito das sociedades capitalistas contemporâneas constitui o foco principal deste texto. A metodologia usada consistiu no estudo de textos que abordam o tema numa perspectiva marxista e se deteve na análise dos processos de formação do trabalhador e no modo como o homem age e se modifica ao se constituir parte do trabalho na contemporaneidade. Como considerações finais deparamos com uma sociedade cuja centralidade do trabalho é inegável e ressaltamos que é preciso propor novas modalidades de organização do trabalho e repensar a formação do trabalhador. Esse é o desafio que se apresenta nesse momento histórico nas sociedades contemporâneas.

Palavras-chave: Educação. Sociedade capitalista. Trabalho.

EDUCATION AND WORK IN THE CONTEXT OF CONTEMPORARY SOCIETY

ABSTRACT: The main focus of this text is to rethink education and work, this work as a form of expression of man in his relationship with nature, within the framework of contemporary capitalist societies. The methodology used consisted in the study of texts that approach the subject in a Marxist perspective and focused on the analysis of worker training processes and in the way in which man acts and modifies himself as part of his work in contemporary times. As final considerations, we are faced with a society whose centrality of work is undeniable and we emphasize that it is necessary to propose new modalities of work organization and to rethink the formation of the worker. This is the challenge that presents itself at this historical moment in contemporary societies.

Keywords: Education. Capitalist society. Work.

¹ Mestre em Educação. Doutoranda em Educação da Universidade de Uberaba-MG. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)- Uberaba. Uberaba- MG/Brasil. e-mail: elisabete_borges@uol.com.br

² Doutor em Educação. Professor na Universidade de Uberaba (UNIUBE)- Uberaba. Uberaba - MG/Brasil. Bolsista CNPq/Brasil (150343/2017-5). Pesquisador Fapemig. e-mail: cilsoncf@gmail.com

EDUCACIÓN Y TRABAJO EN EL CONTEXTO DE LA SOCIEDAD CONTEMPORÁNEA

RESUMEN: Repensar la educación y el trabajo, y éste como forma de expresión del hombre en su relación con la naturaleza, en el ámbito de las sociedades capitalistas contemporáneas constituye el foco principal de este texto. La metodología utilizada consistió en el estudio de textos que abordan el tema desde una perspectiva marxista y se detuvo en el análisis de los procesos de formación del trabajador y en el modo en que el hombre actúa y se modifica al constituirse parte del trabajo en la contemporaneidad. Como consideraciones finales encontramos con una sociedad cuya centralidad del trabajo es innegable y resaltamos que es necesario proponer nuevas modalidades de organización del trabajo y repensar la formación del trabajador. Ese es el desafío que se presenta en este momento histórico en las sociedades contemporáneas.

Palabras clave: Educación. Sociedad capitalista. Trabajo.

Introdução

Este artigo tem como objetivo problematizar a relação trabalho e educação na sociedade capitalista globalizada. A sociedade contemporânea tem contribuído para consolidar uma consciência social alienada e uma prática educativa despolitizada, sem compromisso com a transformação das condições de vida na atualidade. Argumentamos que o processo de individualização crescente, a centralidade do capital na organização societal e suas implicações no mundo do trabalho têm relação direta com a organização da educação pautada em uma ótica produtivista, economicista e tecnicista.

Nesse sentido, em um primeiro momento, discutiremos as características da sociedade capitalista contemporânea e o processo de individualização que vai nortear fortemente a construção da cidadania, dos direitos civis, políticos e sociais, e que teve início com a modernidade. O aprofundamento das contradições presentes na sociedade globalizada tem levado à novas formas de dominação e alienação e contribuído para uma ideia de cidadania restrita às possibilidades de consumo no mercado. Isso é, passamos da cidadania dos direitos, assegurada pelo Estado, para a cidadania do consumo, assegurada pelo mercado.

Em um segundo momento, desenvolveremos uma reflexão crítica situando os debates em torno do trabalho contemporâneo. Num contexto destrutivo, a sociedade atual descarta

e torna supérflua parcela enorme da força de trabalho mundial. Há uma redução drástica do trabalho estável e um crescimento do desemprego, do trabalho *part-time*, terceirizado, tanto em relação aos meios de produção na indústria como no setor de serviços.

Em seguida, debateremos a educação e a sua relação com o trabalho em uma sociedade cuja centralidade é o mundo capitalista que passa por uma crise estrutural sem precedente. Abordaremos a Teoria do Capital Humano que predominou no cenário, sobretudo a partir da metade do século XX, e a sua substituição pelo conceito de empregabilidade, bem como as consequências, quer para o desenvolvimento humano individual, quer para o desenvolvimento humano social.

Nas considerações finais, ressaltaremos que é preciso propor novas modalidades de organização do trabalho e repensar a formação do trabalhador. Esse é o desafio que se apresenta neste momento histórico nas sociedades contemporâneas.

Sociedade contemporânea e o mundo do trabalho

Pensar a educação e o trabalho atualmente pressupõe uma postura crítica sobre as transformações que a sociedade contemporânea e o mundo capitalista vivenciam e as consequências adversas que estão gerando, quer para o mundo do trabalho, quer para uma imensa maioria de seres humanos que não se beneficiam dos avanços objetivos que o próprio capitalismo conquistou. Refletir sobre essa situação significa buscar caminhos em direção à utopia de se suplantar as condições atuais.

A década de 1970 foi palco de uma profunda crise do capitalismo, e as décadas seguintes 1980 e 1990 presenciaram a intensificação de mudanças substantivas na dinâmica do capitalismo internacional que continuam a acontecer nesse início do século XXI. A mundialização dos mercados, sua crescente integração, a multiplicidade de produtos e de serviços, a mudança nas formas de concorrência alicerçada em alianças estratégicas entre empresas, a busca de elevação da competitividade industrial, por meio da intensificação do uso das tecnologias informacionais e de novas formas de gestão do trabalho são alguns dos elementos de sinalização das transformações estruturais que configuram a globalização econômica (DELUIZ, 2004).

O avanço da globalização econômica desencadeia transformações profundas nas dimensões políticas, sociais e culturais e determina mudanças no tamanho e nas atribuições do Estado, na desregulamentação das economias, na reestruturação do mercado de trabalho, no crescimento dos empregos precários, no desemprego cíclico e estrutural, e na exclusão de enormes contingentes de trabalhadores do mercado formal. Como um fenômeno único, na atualidade, ocorre a globalização econômica, a globalização do mundo e da questão social.

O processo de globalização não é um fenômeno novo e, igualmente, não é algo negativo em si mesmo. [...] Sua negatividade reside na forma de relações sociais até hoje vigentes – relações de classe – que tipificam, na expressão de Marx, *a pré-história do gênero humano*. E, nesta transição de séculos, esta negatividade é exponencial por articular, ao mesmo tempo, globalização assimétrica, hegemonia do capital financeiro especulativo, desregulamentação e despolitização neoliberal (ALVATER *apud* FRIGOTTO, 2000, p. 220).

De fato, o atual processo de globalização da economia produz a globalização da pobreza, e gera novos mecanismos de exclusão social. Diante dessa situação, é preciso refletir sobre as características com que o trabalho se apresenta hoje, pois a vida cotidiana das classes populares demonstra que o trabalho não perdeu a sua centralidade nas relações sociais. Uma ideia defendida por vários autores, na atualidade, é a de “trabalhar menos para que trabalhem todos” (AZNAR, 1995; DE MASI, 2003) proposta esta que objetiva socializar os escassos postos de trabalho e, deste modo, aumentar o tempo de ócio, a autonomia e a liberdade das pessoas. Todavia, o que ocorre é que a globalização implica na concentração do capital financeiro, e isto pressupõe a redução dos grupos econômicos e, pior ainda, determina a concentração e o monopólio do conhecimento, da ciência e dos novos avanços tecnológicos. Segundo Frigotto,

A economia pode aumentar a sua produtividade, mediante o incremento tecnológico, e diminuir, em termos absolutos, o número de trabalhadores. Tem-se, como resultado, o desemprego estrutural sem precedentes. [...] Amplia-se o número de trabalhadores precarizados em seu trabalho – tempo parcial ou com contrato temporário de trabalho. Chama-se a isso, cinicamente, de flexibilização do trabalho. A função dos sistemas educacionais e de formação é redefinida tanto na sua perspectiva econômica e social quanto, e especialmente, em sua função ideológica (FRIGOTTO, 2000. p. 218).

As políticas neoliberais, ao definir as políticas educacionais, buscam deslocar o papel da educação e da formação profissional como estratégia de alívio da pobreza e de realização

da empregabilidade. O pressuposto usado como justificativa para essas medidas se restringe ao fato de considerar a educação básica, a formação técnico-profissional, e em especial os cursos de requalificação, como capazes de reverter a exclusão e o desemprego estrutural, dentro das relações de poder econômico e político e do monopólio da ciência e da técnica.

Essa posição procura escamotear os objetivos reais do capital e a farsa da necessidade da empregabilidade, sobretudo, ao condicionar o sujeito como único responsável pelo seu próprio desemprego. Na verdade, a empregabilidade não resolve o desemprego estrutural, causado pela inovação e implementação constante de novas tecnologias nos processos produtivos.

O início do século XXI vem suscitando uma série de reflexões sobre quem é o indivíduo hoje: homem ou mulher, negro ou branco, asiático ou europeu, cristão ou muçulmano, dentre outras configurações, e que caminha para ser um cidadão do mundo. Hodiernamente, o processo de socialização reflete um momento ímpar traduzido em símbolos culturais que propiciam o surgimento de uma nova civilização. Ao mesmo tempo, objeto de estudo de diferentes ciências sociais, o processo de individualização se inicia com os tempos modernos, em busca da cidadania, dos direitos civis, políticos e sociais.

Nesse processo de socialização globalizante que forma e transforma o indivíduo, as contradições estão presentes, pois o conduz à massificação e ao consumismo exacerbado, à realização e à alienação, ao bem-estar e ao desespero. Os meios de comunicação de massa afastam os indivíduos dos espaços públicos, o consumismo é visto como forma de emancipação e felicidade, transformando o indivíduo em um membro da multidão de solitários, o ter é mais valorizado que o ser e o prático mais valorizado que o teórico.

Essas questões nos conduzem a refletir sobre a transição dos séculos XX para o XXI e a identificar que está em curso um ciclo de mudanças, diferente e problemático na história do mundo moderno. A globalização da economia, da política e da cultura transforma os processos de socialização; os territórios e as fronteiras ganham novos sentidos; coloca em risco a soberania nacional com o surgimento de hegemonias alternativas que se impõem de maneira diferente e difícil de lidar com as mesmas; a mídia impressa e, agora, eletrônica altera e manipula a cultura, a educação, a política, a religião, a economia, a arte de modo radical e modifica instituições e valores, práticas e ideais. Mudam-se “as condições de vida e de

trabalho, produção e reprodução: no campo e na cidade, agricultura e indústria, escola e família, igreja e partido” (IANNI, 2002, p. 28).

Contraditoriamente, observa-se uma tendência, apesar de muita resistência do capital, para o surgimento uma nova sociedade atravessada por estruturas mundiais de poder que será palco para a formação de um novo indivíduo, diferente e problemático cidadão. O cidadão nacional se encontra em crise, em declínio e corre o risco de desaparecer. É nesse contexto que surge o cidadão do mundo, sempre compreendendo relações, processos e estruturas de integração e fragmentação, dominação e apropriação, alienação e emancipação. Esse novo cidadão vai deparar ou não (milhares estão desempregados) com diferentes alternativas de trabalho, que vão desde as atividades consideradas abstratas e que envolvem grande complexidade e conhecimentos específicos até aquelas bem precarizadas (IANNI, 2002, p. 30).

Simultaneamente, é nesse exato momento que as direitas nacionalistas, exaltando o sujeito nacional, estão emergindo, em especial, Donald John Trump, nos Estados Unidos da América lidera esse movimento. Esse foi o mote do discurso que o elegeu. Esses acontecimentos nos conduzem a identificar mais uma contradição do capital: a permissão da globalização financeira e o impedimento da globalização social.

Historiando um pouco a questão, constata-se que a divisão interna do trabalho em tarefas de execução e de decisão surge nas sociedades modernas. O homem, ao agir e pensar, transforma a si e à natureza e garante a sua subsistência. A sociedade moderna, ao separar o agir e o pensar do homem, rompeu com os componentes básicos responsáveis pelo processo de humanização. Esse processo pode ser observado nos produtos históricos que se revelam nas técnicas, na organização do trabalho, nas instituições sociais, nos valores e nas ideias existentes em cada sociedade. A separação do agir e pensar conduziu a construção dos instrumentos de subsistência a domínios de grupos diferentes. Há o grupo que pensa e decide e o grupo que age e executa.

O longo processo de fragmentação das tarefas e da gradativa perda do controle sobre o saber-fazer, por parte dos trabalhadores, ganha foros de ciência com F.W. Taylor (1856-1915). Ele estuda o tempo e o movimento numa perspectiva científica, e propõe uma administração na qual o processo produtivo ocorre a partir de uma clara divisão entre

planejadores e executantes. Com o fordismo, a divisão técnica e social do trabalho se acentua ainda mais e as propostas de Taylor (2006) experimentam sua plena objetivação.

Com a complexidade das sociedades modernas ocorreu a separação dos processos e dos produtos culturais e, em decorrência deste fato, há uma valorização das ideias em detrimento da ação. Com a acumulação do conhecimento, essa separação entre as atividades manuais e as atividades intelectuais se tornou mais acentuada. Historicamente, alguns segmentos passaram a assumir as funções de planejar – aos quais é atribuída a criação – e a outros executarem ordens, funções preestabelecidas. Nem a Taylor (2006) escapa o detalhe de que, no processo, o fazer se reveste da característica de tantos fazeres quantos sejam os executantes. Do seu ponto de vista, o problema não era tanto o fato de haver criação na execução, mas sim o fato de essa criação ser aleatória, não sistematizada. Por isso é que

[...] à gerência é atribuída, por exemplo, a função de reunir todos os conhecimentos tradicionais que no passado possuíram os trabalhadores e então classificá-los, tabulá-los, reduzi-los a normas, leis ou fórmulas, grandemente úteis ao operário para execução do seu trabalho diário (TAYLOR, 2006, p. 49).

Taylor (2006) procura reduzir ao mínimo possível esse espaço de ação dos operários tentando impedi-los de tomarem iniciativa por conta própria. Todavia, por mais que se tente cercear a criação dos trabalhadores, eles não deixam de imprimir o seu traço pessoal, de manifestar suas idiossincrasias, seja nos produtos, seja nos processos. Com a evolução do sistema capitalista, segundo Braverman (1987),

O controle sem centralização do emprego era, senão impossível, certamente muito difícil, e assim o requisito para a gerência era a reunião de trabalhadores sob um único teto. O primeiro efeito de tal mudança era impor aos trabalhadores horas regulares de trabalho, em contraste com o ritmo auto imposto que incluía muitas interrupções, meio expedientes e feriados, e em geral impedia a extensão da jornada de trabalho para fins de produzir um excedente nas condições técnicas então existentes (BRAVERMAN, 1987, p. 66).

É inegável que o homem é um ser histórico social que constrói suas relações com a natureza e com os outros homens no processo de produção, tendo o trabalho como mediação histórica. O trabalho é, portanto, uma atividade transformadora do homem sobre a natureza, visando a produção dos bens necessários a sua subsistência e também à do grupo a que pertence. As condições de produção são reguladas pela organização social e pela técnica, e os

processos de produção estão diretamente ligados às condições históricas em que ocorrem. Na origem das sociedades modernas foram surgindo várias formas de relação do homem com o outro homem e com a natureza. A essas formas correspondem diferentes maneiras de organização do trabalho, indo desde o sistema artesanal, em um extremo, até o regido pela automação, no outro.

Hoje, a sociedade é *involucral* (ANTUNES, 2002, p. 35), isto é, geradora do descartável e do supérfluo. Vivemos a era do *entertainment*, do qual o *shopping center* é o templo do consumo, do desperdício e da superfluidade que caracteriza a lógica societal contemporânea, cujo acesso é liberado para os donos do capital e onde a maioria da população trabalhadora fica impedida de participar deste universo do consumo, mesmo sendo, quase sempre, a produtora da riqueza social. Essa realidade começa a ser questionada em seus aspectos injustos, desiguais, iníquos e supérfluos. Faz-se necessário que a sociedade atual (re)conquiste seu sentido de humanidade e dignidade.

Tem ocorrido manifestações no Brasil e em várias partes do mundo como uma tomada de consciência e resposta eivadas de sentido e significado diante desse quadro desumano, destrutivo e injusto. A sociedade atual é destrutiva, ainda, quando descarta e torna supérflua parcela enorme da força humana mundial que trabalha, em que cerca de um terço se encontra ou realizando trabalhos parciais, precarizados ou desempregado. Há uma redução drástica do trabalho estável e um crescimento do trabalho *part-time*, terceirizado, tanto em relação ao mundo produtivo industrial como ao de serviços (ANTUNES, 2002, p. 36).

A reprodução ampliada do capital e sua expansão que gera fatores destrutivos depende de algum modo de uma interação entre trabalho vivo e trabalho morto, ambos necessários para a produção de mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais. Para isso, faz-se necessário elevar ao limite a produtividade do trabalho, aumentando os mecanismos de extração do sobre-trabalho em tempo cada vez mais reduzido. Isso ocorre por meio da ampliação do trabalho morto incorporado no maquinário tecnocientífico e que passa a constituir o processo de liofilização organizativa da “empresa enxuta” (CASTILLO *apud* ANTUNES, 2002, p. 37).

Observa-se nesse processo uma semelhança entre o descarte e superfluidade do trabalho e o descarte e superfluidade da produção em geral, presente, por exemplo, na

questão da chamada qualidade total. Há uma intensificação da taxa de uso decrescente do valor de uso das mercadorias. Essa é a falácia da qualidade total: quanto mais qualidade total há nas mercadorias, nos produtos, menor é o seu tempo de duração. A vida útil dos produtos é reduzida objetivando aumentar o ritmo do ciclo reprodutivo do capital. Assim, os produtos duram menos e isto possibilita a reprodução do capital conseguida por uma reposição ágil no mercado das mercadorias disponibilizadas (ANTUNES, 2002, p. 38).

Essa sistemática permite adequar o metabolismo sócio reprodutivo do capital e afeta a produção de bens e serviços, as instalações, o maquinário e a própria força de trabalho. A redução dos ciclos da vida útil dos produtos obriga as empresas a mergulhar em um processo de inovação contínua para evitar o risco de serem ultrapassadas pelas empresas concorrentes. A qualidade total fundamenta a lógica da produção supérflua e destrutiva. As mercadorias são produzidas para uma duração mínima que possibilita a sua substituição e mantém o fluxo do capital o que inviabiliza “práticas produtivas orientadas para as reais necessidades humano-sociais” (MÈSZÁROS *apud* ANTUNES, 2002, p. 38).

Desperdício, superfluidade e destrutividade são as características predominantes nas mercadorias produzidas na atualidade. Não se trata de colocar em questão o avanço tecnocientífico voltado para as reais necessidades humano societais, numa perspectiva de preservação e reorientação da ação do homem junto à natureza preservando o meio ambiente e voltadas para o atendimento dos valores de uso sociais. Esse processo destrutivo também ocorre no universo do trabalho, mas em nenhuma hipótese pode ser entendido como o fim do trabalho, questão abordada por vários autores atualmente. Adam Schaff (1993), Robert Kurz (1992) são alguns, dentre outros, que defendem a tese do término da atividade laboral. Enquanto no plano teórico se apregoa a desconstrução do trabalho, no mundo real, na dimensão ontológica, o trabalho ocupa uma posição central em diferentes e diversas abordagens: trabalho e desemprego, trabalho e precarização, trabalho e gênero, trabalho e nacionalidade, trabalho e (des)qualificação para citar alguns exemplos de transversalidade e da vigência do formato trabalho.

Para alguns autores, o mundo produtivo, hoje, dispensa o trabalho vivo e ocorre apenas virtualmente. Antunes (2002), diante dessa afirmação, cita entre outros exemplos reais de situações que negam a crença de que é possível eliminar o trabalho vivo, o seguinte

questionamento: “É ficção que a Nike se utiliza de quase 100 mil trabalhadores, esparramados em tantas partes do mundo, recebendo salários degradantes?” (ANTUNES, 2002, p. 39).

Dando prosseguimento aos seus questionamentos, Antunes (2002) problematiza algumas teses que propugnam o fim do trabalho. Para ele, na contemporaneidade, o trabalho social é mais complexo, heterogeneizado e intensificado nos seus ritmos e processos e está longe de dispensar a interação entre trabalho vivo e trabalho morto. O que acontece no sistema de metabolismo social do capital é que ele dispensa o trabalho estável e utiliza cada vez mais as diversas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado, dos trabalhadores hifenizados (ANTUNES, 2002, p. 40.) que estão em frenética expansão em todo mundo produtivo e de serviços.

Não há como eliminar o trabalho vivo do processo de produção de mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais. É o trabalho vivo que incrementa o trabalho morto corporificado no maquinário tecnocientífico, aumenta a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobre-trabalho em tempo cada vez mais reduzido. Tempo e espaço permeiam em grande agitação, alvoroço e convulsão nessa nova fase do capital.

A ênfase no trabalho abstrato marginaliza o trabalho vivo e exclui milhares de trabalhadores que buscam formas de individualização e de socialização nas esferas isoladas do não trabalho (atividade de formação, de benevolência e de serviços), segundo Antunes (2002, p. 40). A transformação da ciência em principal força produtiva desconsidera as interações existentes entre trabalho vivo e avanço tecnocientífico sob as condições do desenvolvimento capitalista. A teoria do valor trabalho reconhece o papel crescente da ciência, mas se encontra cerceada em seu desenvolvimento pela base material das relações entre capital e trabalho, a qual não consegue ultrapassar.

A ciência não tem autonomia para constituir-se na principal força produtiva, ela depende de uma base material. Segundo Antunes (2002, p. 41), há um processo de tecnologização da ciência. “Ontologicamente prisioneira do solo material estruturado pelo capital, o saber científico e o saber laborativo mesclam-se mais diretamente no mundo contemporâneo” (ANTUNES, 2002, p. 41). As máquinas inteligentes não extinguem o trabalho vivo, pelo contrário, absorve o saber do trabalhador que com elas interage, e transfere parte de seus conhecimentos abstratos à nova máquina.

Há um complexo processo interativo entre o trabalho e a ciência produtiva, que impede a extinção do trabalho. O que ocorre, de fato, é uma constante retroalimentação entre ciência e trabalho que passa a exigir uma força de trabalho mais complexa e multifuncional e que é explorada de modo mais intenso e sofisticado, pelo menos, nos setores produtivos dotados de maior incremento tecnológico.

O uso dos *softwares* mostra a transferência do trabalho vivo para o trabalho morto, quando a máquina passa a desempenhar atividades próprias da inteligência humana. É o que Antunes (2002, p. 41) denomina como objetivação das atividades cerebrais junto à máquina, de transferência do saber intelectual e cognitivo da classe trabalhadora para a maquinaria informatizada. Essa transferência por meio dos computadores acentua a transformação do trabalho vivo em trabalho morto, mas não pode eliminá-lo.

A expansão significativa do trabalho que exige uma maior dimensão intelectual, quer nas atividades industriais mais informatizadas, quer nas esferas compreendidas pelo setor de serviços ou nas comunicações, dentre outras, é uma tendência em curso nas sociedades contemporâneas. A vertiginosa expansão do trabalho em serviços observada contemporaneamente ocorre em uma esfera não produtiva, mas constitui-se em atividades, muitas vezes, imbricadas com o trabalho produtivo, revelando-se como um setor ampliado do trabalho, quando se quer compreender o seu significado no mundo contemporâneo.

O trabalho imaterial expressa o conteúdo informacional da mercadoria e das mutações do trabalho operário que ocorre no interior das grandes empresas e do setor de serviço, onde o trabalho manual direto está sendo substituído pelo trabalho de maior dimensão intelectual. “Trabalho material e imaterial, na imbricação crescente que existe entre ambos, encontram-se, entretanto, centralmente subordinados à lógica da produção de mercadorias e de capital” (ANTUNES, 2002, p. 42).

A atual fase do capital (re)transfere o *savoir faire* para o trabalho, mas isto ocorre com a transferência e apropriação crescente da sua dimensão intelectual, das suas capacidades cognitivas, envolvendo de forma intensa a subjetividade do trabalhador. Esse processo não se restringe a essa incorporação, vai além porque como a máquina não funciona sem a participação do operário, ela exige uma maior interação entre a subjetividade que trabalha e a nova máquina inteligente. E esse envolvimento aumenta o estranhamento e a alienação do

trabalho, amplia as formas de reificação, e distancia a subjetividade do exercício de uma vida autêntica e autodeterminada.

O que se observa contemporaneamente, portanto, não é o fim do trabalho, mas uma maior inter-relação entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre as atividades laborativas e as de concepção que se expandem no contexto da reestruturação produtiva do capital. Não há, portanto, uma substituição do trabalho pela ciência ou da produção pela informação ou da produção de valores pela esfera comunicacional, mas o que há é um desenvolvimento de uma concepção ampliada para entender a forma de ser do trabalho no capitalismo. Para Braverman (1987), “o trabalho humano é consciente e proposital” e, por isto, indispensável na preservação da existência humana (BRAVERMAN, 1987, p. 50). Urge que se reflita sobre

o paradoxo inicial das democracias atuais, que é a convivência entre a igualdade política formal e profundas desigualdades sociais — que refletem sobre a capacidade que agentes situados em diferentes posições do espaço social têm tanto de participar dos processos de tomada de decisão coletiva quanto de definir autonomamente a própria vida. A inclusão formal, inerente aos regimes democráticos, convive com a exclusão efetiva de indivíduos, grupos, perspectivas sociais e interesses (MIGUEL, 2014, p. 147).

Diante do contexto atual, começam a aflorar momentos de rebeldias, de lutas e ações que emergem das forças sociais do trabalho e das vítimas mais penalizadas desse sistema destrutivo e excludente.

Sociedade contemporânea e a educação

Feitas essas considerações, refletir sobre a relação entre o trabalho e a educação é fundamental, uma vez que é por meio da educação que ocorre o processo de preparação do homem para a atuação laboral. No que se refere à educação, compreendê-la em termos concretos implica na sua inserção no processo global de produção da existência humana, enquanto prática social determinada materialmente. Hoje, refletir sobre suas múltiplas dimensões pode esclarecer algumas questões essenciais como: “o que realmente os vários sujeitos sociais pretendem obter da educação formal, da educação técnica, da educação geral e da educação profissional? E, ainda: que papel o Estado, no Brasil, tem assumido nesse processo?” (SANFELICE, 2002, p. 10).

A inserção do indivíduo nos grupos sociais ocorre por meio da educação, da religião, do trabalho e da política. Essas instâncias socializam e tornam o indivíduo membro da coletividade. Urge ressaltar a importância da educação nesse processo, em especial, na inserção profissional e cultural do indivíduo e na transformação da população em povo, em uma coletividade de cidadãos. Para Saviani (2007),

Trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa. Assim, a pergunta sobre os fundamentos ontológicos da relação trabalho-educação traz imediatamente à mente a questão: quais são as características do ser humano que lhe permitem realizar as ações de trabalhar e de educar? Ou: o que é que está inscrito no ser do homem que lhe possibilita trabalhar e educar? Perguntas desse tipo pressupõem que o homem esteja previamente constituído como ser possuindo propriedades que lhe permitem trabalhar e educar (SAVIANI, 2007, p. 152).

Todavia, a partir de 1950, grandes instituições financeiras como o Banco Mundial, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) passaram a orientar a organização dos setores educacionais, conferindo aos mesmos um caráter economicista, produtivista, privatista e tecnocrático. Como organizações financeiras e detentoras de grande quantidade de dinheiro, e privilegiadas pelo modelo econômico capitalista que proporciona a falta de recursos financeiros em países mais vulneráveis em desenvolvimento, fazem empréstimos com contratos que preveem a execução das suas políticas, ou seja, das políticas daqueles que representam, os países desenvolvidos, o que mantêm uma estrutura de dependência na relação internacional entre os países (FAGIANI, 2016).

Com o fim da Segunda Guerra, medidas foram tomadas para evitar o surgimento de um novo conflito. Foram criadas instituições com o intuito de promover a paz mundial e afastar novas ocorrências de guerras. Uma dessas instituições criadas, ainda em 1944, foi o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, o BIRD. Ele tinha como objetivo inicial auxiliar na reconstrução dos países europeus, os quais ficaram destruídos econômica e socialmente. O BIRD captou recursos para levantar um continente destruído pelas bombas.

Com o passar do tempo, o BIRD passou a assumir outras funções. A instituição é ligada à Organização das Nações Unidas (ONU) e integrada ao chamado Banco Mundial. O Banco

Mundial é formado por duas instituições, o BIRD e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID). O objetivo do Banco Mundial é reduzir a pobreza no mundo, sendo que o BIRD tem suas atuações específicas enquanto integrante do primeiro. O BIRD concede empréstimos financeiros e assistência para o desenvolvimento de países que tenham antecedentes de crédito respeitáveis. O dinheiro que é emprestado pelo BIRD tem origem na venda de títulos nos mercados internacionais de capital. O BIRD é dirigido por uma equipe formada com indivíduos dos vários países que integram o Banco Mundial, sendo que dentro deste há pesos diferenciados para os países, uma vez que a condição econômica dos países determina a sua representatividade.

Segundo Fagiani (2016), o Banco Interamericano de Desenvolvimento tem sido o principal credor internacional para o setor público do Brasil. Em dados do banco até 2012, os empréstimos em execução consistiam em 105 operações de crédito com um montante de 8.56 bilhões de dólares aprovados. Na Área da Educação, desde a fundação do banco em 1959, observa-se que a década de 1990 foi a que apresentou um maior volume de dinheiro nas relações de empréstimos e cooperação técnica entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Hoje a educação brasileira passa por novas experiências, em momento inadequado devido à situação política conturbada, ou deturbada, com mudanças arbitrárias dentro das organizações educacionais de discussão e deliberação. É forjada uma Reforma do Ensino Médio juntamente com a proposição de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e para sua implementação busca-se a forma mais perversa de financiamento que é a tomada de empréstimo no valor de 250 milhões de dólares do BIRD (SENADO FEDERAL, 2018).

Os valores e os ideais humanísticos de cultura universal e pensamento crítico foram reduzidos e, ao mesmo tempo, colocou-se uma ênfase na prática, nos valores pragmáticos, instrumentais e mercantis. A educação passou a ser uma atividade lucrativa, um investimento de aplicação do capital. A mídia começou a exercer um papel fundamental na indução dos indivíduos e da coletividade, em todo o mundo. Ela abre e delimita horizontes. No Brasil, vale destacar a utilização da mídia monopolista na manutenção da ordem entre as classes sociais. Quando escapa dos grandes monopólios, a mídia contribui para a criação de outras e novas formas de sociabilidade e, deste modo, auxilia na formação do possível cidadão do mundo,

símbolo de outra sociedade, tendo outra humanidade não como utopia, mas como realidade.

Nos meados do século XX, o que melhor definia a relação trabalho-educação na sociedade capitalista contemporânea era a Teoria do Capital Humano (GENTILI, 2002). Essa teoria teve origem e base de sustentação numa conjuntura pelo desenvolvimento capitalista marcado pelo crescimento econômico, pelo fortalecimento dos Estados de Bem-Estar e pela confiança na conquista do pleno emprego.

Nesse sentido, com a publicação dos estudos de Mincer (1958), Schultz (1964) e Becker (1964), constatou-se que, além da atribuição do capital físico à teoria do crescimento econômico, havia outra variável implícita nos modelos estudados ainda não atribuída a essa teoria: o capital humano. Para esses estudos, a abordagem clássica dos modelos de crescimento econômico, que incorporava os fatores de produção, era insuficiente para explicar a elevação da produtividade e do crescimento que ocorria em alguns países e regiões (VIANA; LIMA, 2010, p. 138).

Apesar da forte evidência de que a relação entre escolaridade e emprego era uma falácia, a Teoria do Capital Humano ganhou impulso e dinamismo, e conduziu a uma radicalização das premissas individualistas e meritocráticas, com perda do seu substrato liberal democrático. Na perspectiva da Teoria do Capital Humano, a escola era vista como entidade integradora e, por isto, era considerada pelos grupos dominantes e pelas massas que reivindicavam a sua democratização como um dispositivo institucional de integração social. Era a busca da cidadania cuja trajetória havia sido identificada por Marshall, em 1940: a esfera civil, política, social e econômica. A natureza econômica da educação difundiu-se na segunda metade do século XX, coincidindo com o que Hobsbawn (*apud* GENTILI, 2002, p. 48) identificou como Era de Ouro do desenvolvimento capitalista.

Todavia, a partir da década de 1970, começa a ocorrer a desintegração da “Era de Ouro” (GENTILI, 2002, p. 47) do capitalismo contemporâneo, e o seu desmoronamento marcou uma alteração substantiva na função econômica atribuída à escolaridade. Mudanças estruturais sofridas pela economia mundial capitalista criaram as condições necessárias para uma alteração na função econômica atribuída à escola, e nortearam o rumo e a natureza das políticas educacionais no final do século XX, e continuam nesse início do século XXI.

Nas décadas de 1980 e de 1990 ocorreu um deslocamento da ênfase na função da escola como âmbito de formação para o emprego, apregoadas pela Teoria do Capital Humano

e que justificou, em parte, a expansão dos sistemas educacionais durante o século XX.

A partir dessas décadas passam a conviver com o desenvolvimento e a modernização econômica as dualidades: educação e desemprego, educação e distribuição regressiva da renda social, educação e pobreza. A crise capitalista da década de 1970 vai desencadear a ruptura da promessa da escola como instituição integradora, a partir dos anos 1980, mas vai coincidir com discursos que valorizam a importância dos conhecimentos, traduzida na chamada Sociedade do Conhecimento na Terceira Revolução Industrial, e na insistência de que a escola devia preparar os estudantes para a competitividade das economias na era da globalização. Essa dimensão puramente econômica estava associada à construção do *Welfare State* nos países capitalistas industrializados e a possibilidade de universalizar e expandir os direitos econômicos e sociais presentes nesse processo.

A escola integradora se baseava na confiança e na possibilidade de atingir o pleno emprego. Para realizar essa promessa da escola integradora competia ao Estado um papel central no planejamento e na captação de recursos, e na atribuição e distribuição das verbas destinadas ao sistema educacional. Com a desintegração da escola integradora e a morte definitiva da promessa do pleno emprego, restou ao indivíduo, e não mais ao Estado definir suas próprias opções, suas escolhas que possibilitam ou não conquistar uma posição mais competitiva no mercado de trabalho. No lugar da escola integradora, surge uma nova promessa de caráter estritamente privada: a promessa da empregabilidade. “A empregabilidade é o eufemismo da desigualdade estrutural que caracteriza o mercado de trabalho e que sintetiza a incapacidade, também estrutural, da educação em cumprir sua promessa integradora numa sociedade democrática (GENTILI, 2002, p. 52)”.

Nos anos 1990, a empregabilidade ganha espaço e centralidade e se constitui no eixo fundamental de um conjunto de políticas que objetivam reduzir os riscos sociais do grande tormento que teve início no final do século XX e que se intensifica nesse início do século XXI, trata-se do desemprego. As concepções vigentes de empregabilidade, do ponto de vista da administração neoliberal, articulam e oferecem coerência aos três elementos que poderiam superar a crise do desemprego mediante uma dinamização dos mercados de trabalho: a redução dos encargos patronais, a flexibilização trabalhista e a formação profissional permanente.

A empregabilidade traduz a construção e legitimação de um novo senso comum sobre o trabalho, a educação, o emprego e a própria individualidade. Ela surge no meio da crise da promessa integradora, que expressa a crise da modernidade. A escola é, de fato, uma instância de integração dos indivíduos ao mercado de trabalho, mas de alguns, já que nem todos poderão usufruir dos benefícios dessa integração, uma vez que, no mercado competitivo, não há espaço para todos.

No início da escola pública como escola de massas, já estava presente o papel econômico da educação, mas a revalorização deste papel ganha destaque no contexto das políticas de bem-estar social e no reconhecimento do pleno emprego como requisito de uma política de desenvolvimento duradoura. Foi essa motivação que deu origem à Teoria do Capital Humano e que desempenhou papel central na legitimação científica de que a escola e as políticas educacionais podiam e deviam ser um mecanismo de integração dos indivíduos à vida produtiva (GENTILI, 2002, p. 52).

A ênfase no papel produtivo dos processos de escolarização estava associada a outras funções integradoras que a escola devia exercer, ou seja, ser eficiente também na integração cultural, política e social. A escola, ao ser incapaz de realizar a função econômica, acaba comprometendo também as outras funções de integração cultural, política e social, o que impede o desenvolvimento efetivo dos indivíduos e das nações.

A empregabilidade é dessa forma, uma neoteoria do capital humano, ao resgatar a concepção individualista presente na Teoria do Capital Humano, mas rompe com o nexos que existia entre o desenvolvimento do capital humano individual e o capital humano social: a inserção do indivíduo no mercado de trabalho nessa nova ótica depende do indivíduo, de suas competências e credenciais que o habilitam para a competição pelos empregos disponíveis. Hoje, o desenvolvimento econômico da sociedade não depende de uma maior e melhor integração de todos à vida produtiva. A educação não é mais um investimento em capital humano social, mas apenas capital humano individual.

As economias crescem e convivem com alta taxa de desemprego e com imensos setores da população fora dos benefícios do crescimento econômico. Empregabilidade significa, portanto, aumento de condições para competir e sobreviver na luta pelos poucos empregos disponíveis e não como garantia de integração (GENTILI, 2002, p. 54).

Um princípio da Teoria do Capital Humano era o de que o desenvolvimento econômico dependia do desenvolvimento dos mercados de trabalho e este indefinidamente excludente provocaria um efeito negativo e involutivo sobre o próprio desenvolvimento econômico. Atualmente, há evidências de que o desenvolvimento econômico acontece excluindo e discriminando milhares de pessoas. Nesse sentido, o discurso da empregabilidade nega o direito ao trabalho, e revaloriza a lógica da competitividade interindividual na disputa pelo sucesso num mercado estruturalmente excludente.

A educação e a escola se constituem sim em uma esfera de formação para o mundo do trabalho. Só que essa inserção, hoje, depende de cada um. Alguns triunfarão, outros fracassarão. Nesse contexto, o indivíduo é um consumidor de conhecimento que o habilita a uma competição produtiva e eficiente no mercado de trabalho e o conceito de empregabilidade se afasta do direito à educação: na sua condição de consumidor, o indivíduo deve ter a liberdade de escolher e “comprar” as opções que melhor o capacitem a competir.

Segundo Gentili (2002, p. 55), a empregabilidade acaba, também com a concepção do emprego e da renda como esferas do direito. O indivíduo pode possuir condições de empregabilidade e nem por isto garantir sua inserção no mercado de trabalho. A renda é decorrência dessa inserção no mercado. Numa lógica competitiva fazem parte da empregabilidade: conhecimentos vinculados à formação profissional, mas também o capital cultural socialmente reconhecido, além de determinados significados ou dispositivos de diferenciação que entram em jogo nos processos de seleção e distribuição dos agentes econômicos.

Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança (MÉSZÁROS, 2008, p. 25).

Todavia, no contexto atual, as políticas neoliberais têm conduzido as políticas educacionais no sentido de deslocar o papel da educação e da formação profissional como estratégia de alívio da pobreza e de realização da empregabilidade. Para isso, elas partem do pressuposto de que tanto a educação básica como a formação técnico-profissional, em

especial os cursos de requalificação, dentro das relações de poder econômico e político e do monopólio da ciência e da técnica, têm a capacidade de reverter a exclusão e o desemprego estrutural.

Considerações finais

Na atualidade, deparamos com o processo de globalização que altera as relações entre os países e retira do indivíduo a sua cidadania, ao ser tratado de forma desigual e subalterna em função da divisão internacional do trabalho. O que se observa é um processo massivo de degradação e precarização dos postos de trabalho, ao mesmo tempo em que se aprofunda a introdução de inovações técnicas acompanhadas de desemprego de milhares de pessoas. Nesse quadro, ainda temos a centralidade do trabalho como categoria explicativa da sociabilidade humana, meio pelo qual o ser social transforma o meio em que vive e a si mesmo num processo histórico e dialético.

Na educação, o conceito de empregabilidade substituiu a Teoria do Capital Humano, mas manteve o foco teórico economicista e tecnicista. Com isso, colocou para o indivíduo toda a responsabilidade pela sua formação cultural, política, social e econômica e, pior ainda, pelo sucesso ou não em sua carreira profissional, desconsiderando o desenvolvimento humano individual como fator intrínseco ao desenvolvimento humano histórico social.

A formação do trabalhador no processo de globalização revela um novo momento da história mundial, no qual as forças hegemônicas promovem um intenso processo de reconstrução da riqueza, do conhecimento e do poder. Coadunada com os valores centrais do projeto neoliberal, é tecida, gradativamente, uma nova forma de sociabilidade moldada pela lógica mercantil. Essa sociabilidade procura responder às características de um momento marcado por formas transitórias de produção que repercutem, diretamente, na degradação dos direitos sociais e do trabalho, conquistados por meio de amplas negociações ao longo do século XX e que tendem a desaparecer com as políticas neoliberais que estão sendo engendradas neste início do século XXI.

Portanto, o desafio que se apresenta atualmente é o de buscar um novo sentido para a vida e para o trabalho. É necessário reconhecer que, mesmo com as atuais condições de exploração do trabalho e a crise do emprego, o trabalho segue como atividade central nas

relações sociais. Refletir sobre um novo sentido para o trabalho é repensar uma nova organização social, na qual ocorra a superação da condição de mercadoria em que o trabalhador está submetido e o resgate do direito de ser proprietário da sua força de trabalho, propriedade esta, traduzida na sua apropriação intelectual, no controle do tempo e do ritmo do seu fazer.

Uma nova cultura do trabalho pressupõe a libertação do tempo livre, transformando-o em tempo de ócio e de desenvolvimento pleno do ser social. A libertação do homem não significa a libertação do trabalho em seu sentido genérico e ontológico. Nesse sentido, o trabalho é uma forma de expressão e realização humana, capaz de transformar e propiciar o bem-estar da humanidade.

As inovações tecnológicas presentes na atualidade podem promover novas relações de convivência. As leis da sociedade de mercado estão levando às últimas consequências a fragmentação do trabalho. Todavia, mesmo nesse contexto de excrescência do sistema capitalista, novas alternativas de trabalho e renda estão surgindo e possibilitam ao trabalhador estabelecer outros parâmetros e descobrir outras formas de produção mais humanizada.

Na verdade, frente à crise do trabalho assalariado, vão surgindo alternativas particulares da economia popular, projetos de trabalhos autônomos, familiares, de grupos excluídos que se configuram em uma economia de autoajuda. Para o trabalhador, o desafio é o de transformar cada projeto em alternativa que vá além das estratégias de sobrevivência, contribuindo assim para o surgimento de uma nova cultura do trabalho e, com ela, novos valores, novas relações econômicas e sociais.

Essas novas alternativas de trabalho, sobretudo aquelas de produção associada, além de responderem à crise do emprego podem orientar as propostas de formação dos trabalhadores. Na formação do trabalhador é importante assegurar que ele domine diferentes técnicas, equipamentos e métodos, conheça a origem e os princípios científicos e técnicos que embasam os processos produtivos, aprenda as implicações de seu trabalho, seu conteúdo ético, com ênfase na sua autonomia e participação no processo produtivo.

Embora o contexto atual seja bem desolador, acreditamos na capacidade do ser humano na busca de alternativas para a superação da forma societária engendrada pela lógica

do capital. E essa superação há de perpassar pela educação e pelo trabalho. Compreender como ocorrem os mecanismos de exclusão é fundamental na busca de uma ação transformadora consciente e efetiva, o que se obtém somente com uma educação omnilateral.

Referências

- ANTUNES, R. Trabalho e superfluidade. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.), **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2002. p. 35 - 44 (Coleção educação contemporânea).
- AZNAR, G. **Trabalhar menos para trabalharem todos**. São Paulo: Scritta, 1995.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no Século XX**. 3. ed. Tradução Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S. A., 1987.
- DELUIZ, N. A globalização econômica e os desafios à formação profissional. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 73-79, 2004.
- DE MASI, D. **O futuro do trabalho**. São Paulo: José Olympio. 2003.
- FAGIANI, C. C. **Educação e Trabalho: A Formação do Jovem Trabalhador no Brasil e em Portugal a partir da Década de 1990**. 2016. 192f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.
- FRIGOTTO, G. A educação e formação técnico-profissional frente à globalização excludente e o desemprego estrutural. In: SILVA, L. H. **A escola cidadã no contexto da globalização**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 218-238.
- GENTILI, P. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.), **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2002. p. 45 - 59 (Coleção educação contemporânea).
- IANNI, O. O cidadão do mundo. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.), **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR, 2002. p. 27 - 34 (Coleção educação contemporânea).
- KURZ, R. **O colapso da modernização**. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- MÈSZÁROS, I. B. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MIGUEL, L. F. Mecanismos de exclusão política e os limites da democracia liberal: uma conversa com Poulantzas, Offe e Bourdieu. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 98, p. 145-161, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002014000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 8 jan. 2018.
- SANFELICE, J. L. Apresentação. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.),

Capitalismo, trabalho e educação. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2002. p. 1-10 (Coleção educação contemporânea).

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr., 2007.

SENADO FEDERAL. **Parecer (SF) Nº 24**, 2018. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=18/04/2018&paginaDireta=00323>. Acesso em: 27 abr. 2018.

SCHAFF, A. **Sociedade Informática**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TAYLOR, F. W. **Princípios de administração científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VIANA, G.; LIMA, J. F. Capital humano e crescimento econômico. **Interações (Campo Grande)**, v. 11, n. 2, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122010000200003>. Acesso em: 12 jan. 2018.

Recebido em: 14/05/2018

Aprovado em: 11/07/2018